

DIREITOS DA JUVENTUDE

SUBSÍDIOS PARA O DEBATE

3[@] CONFERÊNCIA
NACIONAL
de JUVENTUDE

As várias formas de mudar o Brasil

DIREITOS DA JUVENTUDE

SUBSÍDIOS PARA O DEBATE

3@ CONFERÊNCIA
NACIONAL
de JUVENTUDE
As várias formas de mudar o Brasil

Este texto tem o objetivo de estimular a discussão sobre o tema do Meio Ambiente no processo de mobilização da 3ª Conferência Nacional de Juventude. As abordagens escolhidas não representam, necessariamente, posição formal da Secretaria Nacional de Juventude, do Conselho Nacional de Juventude ou de qualquer outra instância, mas um conjunto de apontamentos e arrazoados que devem ser debatidos e aprofundados para o desenvolvimento de propostas às etapas da Conferência.

seção X

JUVENTUDE, E MEIO AMBIENTE

INTRODUÇÃO

A pesquisa *Agenda Juventude Brasil: Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros 2013*, da Secretaria Nacional da Juventude, mostra que 24% dos jovens brasileiros indicam que meio ambiente e desenvolvimento sustentável é um tema relevante para ser discutido pela sociedade, no mesmo patamar que se encontram os temas referentes à educação e futuro profissional (25%) e racismo (25%).

A mesma pesquisa mostra que 25% dos jovens apontam “a destruição do meio ambiente” como o problema que mais os incomoda hoje no país. Além disso, 51% dos que já participam de algum grupo ou coletivo de juventude organizado indicam que, caso fossem participar de um segundo grupo, este teria como objetivo a defesa do meio ambiente ou a ecologia. Logo, há percepção na juventude de que a destruição do meio ambiente é um problema, assim como há interesse em discuti-lo e buscar meios para solucioná-lo.

As pesquisas e diagnósticos sobre a relação entre juventude e meio ambiente são insuficientes, ainda que haja, desde 1992, um apontamento no Capítulo 25 da Agenda 21 Global de que “a participação da juventude atual na tomada de decisões sobre meio ambiente e desenvolvimento e na implementação de programas é decisiva”.

A ampliação de ações de políticas públicas voltadas para a juventude, na última década no Brasil, resultou na ação sociopolítica de diferentes grupos juvenis, inclusive grupos de jovens organizados em torno da causa ambiental. Diversos esforços de agentes políticos, no âmbito da sociedade civil e do estado, resultaram na aprovação do *Estatuto da Juventude*, Lei nº 12.852, de agosto de 2013, que, em seu Artigo 34, estabelece que “o jovem tem direito à sustentabilidade e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida, e o dever de defendê-lo e preservá-lo para a presente e as futuras gerações”.

Este artigo do Estatuto deixa transparecer os avanços do debate em torno da relação entre juventude e meio ambiente nestes últimos 20 anos. Neste contexto, o objetivo deste texto é apresentar um diagnóstico que considere o processo de legitimação deste tema e apresente as demandas dos jovens em relação à sustentabilidade socioambiental, bem como a evolução das políticas públicas de juventude e meio ambiente no âmbito federal.

CONSTRUINDO UM DIAGNÓSTICO

1. ASPECTOS HISTÓRICOS

No Brasil, a temática do meio ambiente assume maior importância na esfera pública há pouco mais de duas décadas, com a realização, no Rio de Janeiro, da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, em 1992 (Eco 92). A partir de então, as preocupações e as práticas de jovens relativas ao meio ambiente se tornaram mais evidentes e mais recorrentes, em comparação a gerações anteriores.

Em 1992, as reflexões sobre os dilemas da ação humana sobre o ambiente levaram à afirmação de um novo padrão de desenvolvimento a ser perseguido pelas nações, qualificado como sustentável. Esta noção se confrontava com a

ideia de que o crescimento econômico, por si mesmo, seria capaz de garantir melhoria da qualidade de vida às populações. Ficava cada vez mais evidente que um crescimento predatório em relação à natureza inviabilizaria o desenvolvimento no futuro e já comprometia a qualidade de vida no planeta. Além disso, o crescimento econômico, dissociado de políticas distributivas, concentra os benefícios do desenvolvimento em apenas uma parcela da população. Na Eco 92 também foi destacada a ideia de que a preservação do meio ambiente significava uma forma de solidariedade com as futuras gerações.

Vale destacar, ainda, que, em algumas abordagens, a juventude tem sido referida como ator estratégico de desenvolvimento. Mas de qual desenvolvimento? A noção mais comum de desenvolvimento é demasiado associada à ideia de crescimento econômico, mas movimentos sociais, especialistas e organizações da sociedade civil têm defendido a utilização de outro conceito, o de sustentabilidade, que implica outro padrão de produção e consumo, abordagem que se tornou central, principalmente após a realização, em 2012, da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

Além disso, os movimentos juvenis têm insistido no argumento de que não se pode colocar ênfase unicamente nas futuras gerações, mas também atentar para os direitos dos jovens da atualidade. A problematização destas questões transparece no Estatuto da Juventude, quando é afirmado o direito dos jovens à “sustentabilidade e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado”, assim como a necessidade de sua preservação para “a presente e as futuras gerações”.

2. SITUAÇÃO ATUAL: CONEXÕES ENTRE DEMANDAS E DIREITOS

2.1 Produção e consumo

Vivemos numa sociedade estruturalmente desigual, embora o desafio central seja criar condições para que essa geração de jovens não reproduzam o atual modelo de produção e consumo insustentável. Outro desafio é a má utilização

dos meios de comunicação como veículos transmissores e mobilizadores de novas atitudes e comportamentos.

Ao mesmo tempo, ainda há o desconhecimento ou a baixa visibilidade de técnicas e práticas sustentáveis de produção, embora no contexto rural tenha-se avançado em mobilizar jovens para darem maior importância à adoção de técnicas de agroecologia e agricultura orgânica. A adoção de modos de vidas insustentáveis passa também pelo consumo exagerado, especialmente entre jovens de maior poder aquisitivo. Além de tudo isso, ainda é baixo o incentivo de atividades transformadoras do padrão de produção e consumo já praticados por jovens.

2.2 Mudança climática

A mudança climática, advinda da ampliação da emissão de gases de efeito estufa no planeta, é uma das consequências do atual padrão de produção e consumo. A percepção dos seus efeitos, pelos jovens, pode ser recorrente nos próximos anos, caso não avancem as negociações sobre o tema. Há ainda uma baixa participação de jovens na agenda nacional e internacional de clima, bem como desconhecimento dos instrumentos e da própria Política Nacional de Mudança do Clima entre eles. Torna-se um problema a insensibilidade sobre a urgência da causa pelos tomadores de decisão e pela sociedade.

A produção, a distribuição e o consumo de energia são outra faceta da problemática ambiental. O consumo crescente de energia tem levado à opção pela instalação de hidrelétricas e à busca de outras fontes de energia renováveis: solar, biomassa, eólica.

A energia hidráulica é considerada uma energia limpa, ou seja, não contribui para ampliar a emissão de gases de efeito estufa, causadores do aquecimento global. No entanto, o impacto socioambiental das hidrelétricas tem sido sentido pelas populações locais: ribeirinhos, pescadores, povos indígenas, quilombolas, agricultores familiares. E gera intensos deslocamentos de

trabalhadores em busca de oportunidades para as áreas destes empreendimentos, o que aumenta a pressão por serviços públicos e causa desequilíbrios e conflitos sociais. A utilização de energia limpa, produzida a partir de fontes renováveis, tem sido ampliada nos últimos anos e o Brasil possui uma matriz energética bastante diversificada.

CIDADES PRODUTORAS DE ENERGIA

No município de Juazeiro (BA), que tem cerca de 200 mil habitantes, foi construído um empreendimento com mil casas do Programa Minha Casa Minha Vida, todas com painéis solares que geram energia para consumo das residências e despejam o excedente na rede nacional. Além de abastecer todas as casas, as famílias estão tendo uma renda de cerca de R\$ 80,00 ao mês vendendo energia elétrica. O projeto de painéis solares é uma parceria do fundo socioambiental da Caixa Econômica Federal com a empresa Brasil Solair e recebe apoio de organizações da região. (Caminhos para um desenvolvimento justo. A sociedade civil na linha de frente da luta socioambiental. Observatório da Sociedade Civil / Abong, 2015, p.75. Disponível em www.abong.org.br).

2.3 Resíduos Sólidos

Um dos mais graves problemas da atualidade é o crescimento da produção de resíduos sólidos e a sua destinação. Desde 2010, está em vigor a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que precisa ser implementada em seus diferentes aspectos, desde a inclusão social de catadores de material reciclável, a criação de oportunidades de geração de trabalho e renda, para jovens, até a atribuição de responsabilidades da população e dos diferentes agentes públicos e privados.

O atual modelo de produção e consumo estimula comportamentos e valores insustentáveis, levando a maioria das pessoas a não sentirem-se corres-

ponsáveis pela correta geração e destinação de resíduos sólidos. São notórios os impactos negativos da sociedade do consumo no comportamento de jovens. Além disso, há ainda um desconhecimento sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos, portanto uma baixa aderência à corresponsabilidade.

Ainda assim, segundo a pesquisa do IPEA, sobre a situação social das catadoras e catadores de material reciclável e reutilizável, é uma realidade que entre os brasileiros que se auto declaram catadores, 25,5% encontram-se entre 18 e 29 anos, são jovens trabalhando em cooperativas e associações de coleta e triagem de materiais. Estes são muitas vezes filhos de catadores, e ainda não são valorizados como agentes relevantes na destinação de resíduos sólidos, mas que por outro lado, ainda são privados da possibilidade da escolha por alternativas de geração de renda ou qualificação profissional.

2.4 Recursos hídricos

Dentre as questões que têm se destacado no Brasil na atualidade estão o acesso, a utilização e o abastecimento de água. Na região do semiárido este desafio é uma constante e tem dado origem a experiências inovadoras de convivência com este ambiente e políticas de combate à desertificação. Por outro lado, uma crise no abastecimento fez o tema explodir em cidades do Sudeste, em especial São Paulo, maior metrópole do país.

Por isso, entidades da sociedade civil têm defendido que a gestão hídrica deve ser orientada por princípios como o reconhecimento de que a água é um direito humano e, portanto, não pode ser tratada como mercadoria; os planejamentos hídricos têm que abranger a recuperação e a recomposição de mananciais, fontes de água; a responsabilidade sobre a água é de todos os governos (federal, estadual, municipal) e estes prestam serviço à população. (Aliança pela Água: rede de 40 entidades da sociedade civil).

Ainda assim, é preciso ampliar a percepção da juventude sobre a temática e sobre uso múltiplo da água, ou seja, de que o que está em jogo é para quem

e para quem o abastecimento de água, e sobre a relevância e prioridade do abastecimento humano, conforme previsto na Política Nacional de Recursos Hídricos. Diante desta situação, é um problema o baixo envolvimento de jovens na discussão sobre os recursos hídricos e em espaços democráticos de gestão de águas, como por exemplo, os comitês de bacias hidrográficas.

2.5 Código Florestal

Um dos maiores desafios para a política ambiental no Brasil é a regularização ambiental. O desmatamento ilegal gerou um passivo de áreas de reserva legal e áreas de proteção permanente desflorestadas, que com a recém-alteração no código florestal ganhou um novo marco para o reflorestamento e recuperação dessas áreas. A cadeia de coleta de sementes e a produção de mudas nativas para o replantio ainda é uma forma pouco considerada nas estratégias de inclusão produtiva da juventude rural. Embora há uma janela que se abre dentro do programa de regularização ambiental brasileiro.

2.6 Produtos químicos

No geral, jovens estão expostos à poluição por substâncias químicas perigosas. Considera-se substâncias químicas perigosas aquelas que, isoladas ou em mistura, possam acarretar efeitos prejudiciais aos organismos biológicos devido suas propriedades tóxicas, corrosivas, oxidantes e radioativas. Tais produtos podem estar sob forma sólida, líquida ou gasosa. Os agrotóxicos, por exemplo, estão no dia a dia dos jovens agricultores que ainda os utilizam na produção agrícola, mas também está nos alimentos consumidos, no campo e na cidade.

2.7 Gestão ambiental territorial e urbana

A sustentabilidade também está diretamente associada ao direito à cidade, uma vez que este significa ter acesso pleno e igualitário aos equipamentos urbanos, tais como transporte, habitação, fornecimento de água, coleta e tratamento de esgoto etc.

O uso e a ocupação do território, em bases insustentáveis, prejudicam a formação da identidade e da atuação da juventude. Ações negativas de alteração na paisagem, na estética e no acesso a serviços públicos, são alguns dos sintomas do crescimento demográfico acelerado e urbanização descontrolada. Essas mudanças ambientais podem prejudicar para que os jovens tenham uma relação harmoniosa com a natureza e com a biodiversidade a partir da conexão e percepção dos valores ecossistêmicos do território.

2.8 Biodiversidade

O Brasil é o país com a maior diversidade de espécies no mundo, espalhadas nos seis biomas terrestres e nos três grandes ecossistemas marinhos. São mais de 103.870 espécies animais e 43.020 espécies vegetais conhecidas no país. Suas diferentes zonas climáticas favorecem a formação de zonas biogeográficas (biomas), a exemplo da floresta amazônica, maior floresta tropical úmida do mundo; o Pantanal, maior planície inundável; o Cerrado, com suas savanas e bosques; a Caatinga, composta por florestas semiáridas; os campos dos Pampas; e a floresta tropical pluvial da Mata Atlântica. Além disso, o Brasil tem uma zona costeira com uma área de 514 mil km² e uma parte marinha que abrange uma área de 3,5 milhões km², que inclui ecossistemas como recifes de corais, marismas, restingas, banhados, dunas, manguezais, lagoas, estuários e pântanos. Ainda assim, é preciso dar mais visibilidade, valorização e reconhecimento da biodiversidade entre os jovens. É notória a necessidade de aproximar dos jovens as alternativas para que eles possam colaborar como agentes de transformação em relação aos desafios apresentados pela redução de biodiversidade.

2.9 Patrimônio genético

O reconhecimento e a valorização dos Povos e comunidades tradicionais, especialmente os indígenas, são fundamentais, para que a riqueza, ainda imensurável, dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade, não se perca ao longo dos próximos anos. A diversidade biológica pode conter, por exemplo, a cura de doenças, das quais ainda nem conhecemos.

A consequência dos jovens desses povos e comunidades não se interessarem pelos conhecimentos dos seus ancestrais podem ser graves. A desvalorização dessas tradições e da biodiversidade pode expor os jovens à situação de violência, as comunidades podem não contar com os jovens para sucessão geracional dessas culturais e dos territórios onde estão.

O conhecimento tradicional pode se perder, ao longo dos anos, se os jovens não o conhecerem. É preciso valorizar a transmissão desses saberes aos jovens. A promessa da floresta em pé pode ficar comprometida se não usarmos a biodiversidade e seu valor, garantindo a justa repartição de benefícios aos povos e comunidades tradicionais.

2.10 Conservação ambiental com inclusão social de jovens.

A principal causa da emissão de gases no efeito estufa no Brasil ainda é o desmatamento. E entre as causas do desmatamento está a falta de alternativas econômicas e acesso a serviços públicos para as populações que vivem nas florestas. Nesse contexto, também rural, apresenta a incidência de êxodo dos jovens, especialmente dos que vivem em Unidades de Conservação e entorno, principalmente por dificuldade de acesso à educação.

Outro elemento a ser considerado é o fato de que o direito à sustentabilidade e ao meio ambiente está articulado com outros direitos da população em geral e da juventude. Tanto é que, na 2ª. Conferência Nacional de Juventude, a discussão do meio ambiente foi incluída no debate do eixo de Direito ao Território, ao lado de questões relativas à cidade, ao campo, transporte e

comunidades tradicionais. Mas meio ambiente diz respeito, também, à educação, ao trabalho, à saúde, à segurança alimentar e nutricional. Por esta razão, é importante que a reflexão sobre este assunto esteja atenta às suas diversas dimensões e que a intersectorialidade das políticas públicas seja efetiva.

Incluir a sustentabilidade e o meio ambiente ecologicamente equilibrado entre os direitos da juventude supõe uma crítica incisiva à noção de desenvolvimento baseada no consumo ilimitado, na oferta e venda desenfreada de bens e serviços. Assim, cada vez mais é necessário qualificar o meio ambiente (ecologicamente equilibrado) e o tipo de desenvolvimento que se pretende atingir: enquanto alguns vão preferir defini-lo como “desenvolvimento sustentável”, outros, “desenvolvimento solidário”, outros ainda falam em “desenvolvimento justo”. Outros defendem que a própria noção de desenvolvimento está de tal forma associada ao crescimento econômico e à elevação de padrões de consumo, que precisa ser abandonada. Afinal, cresce a consciência da limitação dos bens comuns.

E os bens comuns, como ficam? Estas reservas finitas de riquezas planetárias que não são bem de responsabilidade de um governo determinado nem de uma pessoa física ou jurídica, quem as governa? Trata-se aqui evidentemente das calotas polares, mas também dos oceanos e dos mares, dos nossos rios, dos lençóis freáticos de águas subterrâneas, do ar que respiramos, do conhecimento produzido pela humanidade, dos animais que ainda povoam o planeta, da beleza das paisagens e de outros bens essenciais para as nossas vidas, e que estamos maltratando ou simplesmente destruindo. Quem cuida deles? (Há riquezas que são de todos: os bens comuns. Ladislau Dawbor, 13 de abril de 2015. Disponível em <http://dowbor.org/2015/04/ladislau-dowbor-ha-riquezas-que-sao-de-todos-os-bens-comuns-abril-2015-3p.html/>).

AS DEMANDAS DA JUVENTUDE

1. EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE E RESPOSTAS DO PODER PÚBLICO

O Ministério da Educação e o Ministério do Meio Ambiente, a partir de 2003, realizaram quatro edições da Conferência Nacional Infanto-Juvenil que transformaram milhares de escolas de todo país em espaços de mobilização, promovendo o debate entre professores, estudantes e comunidades. Essa iniciativa formou jovens em todas as Unidades Federativas do Brasil que deram origem aos Coletivos Jovens de Meio Ambiente. Em 2010 essa tecnologia social foi compartilhada pelo governo brasileiro, com 56 países por meio do processo da Conferência Internacional Infantojuvenil – Vamos Cuidar do Planeta que envolveu e formou adolescentes e jovens de todo o mundo.

No período de 2003 a 2010 os movimentos de juventude e meio ambiente realizaram cinco edições do Encontro Nacional de Juventude e Meio Ambiente apoiados pelos Ministérios da Educação e Meio Ambiente e a Secretaria Nacional de Juventude. Esses encontros se consolidam como espaço de formação, articulação e fortalecimento dos movimentos de juventude na perspectiva de convergir esforços na perspectiva da sustentabilidade.

A 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, coordenada pela Secretaria Nacional de Juventude e pelo Conselho Nacional de Juventude, foi realizada em 2008. O tema meio ambiente foi a 4ª prioridade em um rol de 22 definidas pela plenária da Conferência. A ação prioritária foi:

“Criar uma Política Nacional de Juventude e Meio Ambiente que inclua o Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente, institucionalizado no PPA (Plano Plurianual), com a participação dos jovens nos processos de construção, execução, avaliação e decisão, bem como da Agenda 21 da juventude

que fortaleça os movimentos juvenis no enfrentamento da grave crise ambiental, global e planetária, com a construção de sociedades sustentáveis”.

O tema Juventude também foi o foco de deliberação na II Conferência Nacional de Meio Ambiente, realizada em 2005:

“Promover a inclusão do Programa “Juventude e Meio Ambiente”, bem como dos eventos e ações promovidas por movimentos jovens, como referência de política de educação ambiental no Sisnama, estimulando o protagonismo juvenil.”

E também das deliberações da III Conferência Nacional de Meio Ambiente, realizada em 2008:

“Incentivar, garantir e dar condições à ampla participação dos(as) jovens na construção, execução, avaliação e decisão das políticas de meio ambiente, através da implementação do Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente, institucionalizado em PPA, bem como da Agenda 21 da Juventude, com a participação em colegiados e conferências, Comitês Gestores ou Conselhos da Juventude.”

Na 2ª Conferência Nacional de Juventude, realizada em dezembro de 2011, merece destaque a Proposta 4 do Eixo 2:

“Fortalecer a política nacional de juventude e meio ambiente e criar o programa nacional de juventude e meio ambiente, intersetorializado e institucionalizado no PPA (Plano Plurianual), na LOA (Lei de Orçamento Anual) na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), bem como a agenda 21 da juventude, de modo a fortalecer os movimentos juvenis e a agenda 21 brasileira no enfrentamento das graves crises ambientais, com a participação das juventudes nos processos de construção, execução, avaliação e decisão, sustentada por pesquisas periódicas.”

Foi criado, em setembro de 2012, o Grupo de Trabalho Interministerial de Juventude e Meio Ambiente, coordenado pela Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria Geral da Presidência da República, e composto ainda pelo Ministério da Educação e pelo Ministério do Meio Ambiente.

Em 2013, foi realizada a IV Conferência Infanto-Juvenil de Meio Ambiente e a criação de uma coordenação de juventude no Ministério do Meio Ambiente. Também foi realizada a IV Conferência Nacional de Meio Ambiente, que contou com a participação de cerca de, 18% de delegados nacionais entre 15 e 29 anos. Os jovens elegeram a seguinte proposta como prioridade naquela conferência:

“Instrumentalizar o Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente como estratégia para o fortalecimento da política nacional de educação ambiental, da política nacional de resíduos sólidos e o empoderamento da juventude.”

Os jovens delegados tiveram ainda, a oportunidade de conversar com a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. Trataram da realidade dos jovens catadores de material reciclável e trabalho decente e sustentável para a juventude. O encontro foi transmitido, ao vivo, pela internet.

Em 2014, numa construção interministerial, o Ministério do Meio Ambiente, Educação e Secretaria Nacional de Juventude desenham a versão do Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente, em resposta às demandas das últimas cinco conferências nacionais, que entra em consulta nesta 3ª Conferência Nacional de Juventude.

O ambiental não pode ser resumido simplesmente ao ecológico. Em outros termos, ambiente é um conceito mais amplo do que natureza. Ambiente envolve o humano também, indo desde os seres humanos até sua cultura, economia, organização política, cidades, tecnologias etc. (Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas. Brasília: CNDP, pp. 155).

Entre os avanços da última década das políticas públicas de juventude e meio ambiente estão:

- a compreensão da juventude como geração estratégica para o desenvolvimento de políticas estruturantes para a questão ambiental por parte do poder público federal;
- a capilarização da educação ambiental;
- a conquista de marcos políticos estratégicos para a temática (conferências, o Programa Nacional de Educação Ambiental, os Conselhos, a Política Nacional de Juventude – PNJ) com a participação efetiva de jovens, em especial daqueles inseridos no contexto escolar;
- o fortalecimento dos movimentos de juventude e meio ambiente (REJUMA, Coletivos Jovens de Meio Ambiente, ONGs, dentre outros);
- a instalação do Grupo de Trabalho Interministerial e a elaboração do relatório, submetido à consulta pública no ano de 2013, no qual transparece o acúmulo do debate efetuado no âmbito dos ministérios do Meio Ambiente, Educação e da Secretaria Nacional de Juventude. Vale destacar que, as linhas de ação do PNJMA passaram a abranger, para além da educação ambiental, os eixos fundamentais da Política Nacional de Juventude: 1) Educação ambiental, formação e produção de conhecimento; 2) Trabalho decente e sustentável para a juventude; 3) Direito da juventude ao território; 4) Participação social da juventude nas políticas públicas para a sustentabilidade;
- a criação da revista Juventude e Meio Ambiente (MMA e CONJUVE e SNJ).
- a criação de uma linha específica de financiamento de projetos de extensão universitária para trabalhar a relação juventude e meio ambiente dentro do PROEXT – Programa Nacional de Extensão Universitária;

- a criação de novas modalidades de oferta e demanda de cursos do PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego voltado para a área ambiental.
- o Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente (PNJMA) que entra em consulta nesta 3ª Conferência Nacional de Juventude.

2. SISTEMATIZAÇÃO DE PROPOSTAS DOS JOVENS

As demandas juvenis mais recentes sobre o meio ambiente podem ser extraídas do Relatório da 9ª Oficina “Plano em Diálogo”, promovida pela Secretaria Nacional de Juventude e pela UNIRIO, em 2014, que faz parte de um processo para subsidiar a elaboração do Plano Nacional de Juventude para a próxima década.

Seguindo de perto as linhas de ação que constam no Relatório do GT Interministerial, as reivindicações juvenis podem ser assim agrupadas:

(a) Educação ambiental, formação e produção de conhecimento

A educação ambiental deve promover a formação de jovens, de modo a orientar sua reflexão e ação (individual e coletiva) para o enfrentamento da atual crise socioambiental global. Para tanto, deve estar baseada em princípios de educação integral, crítica e emancipatória.

O acesso à informação; de que a educação ambiental seja implementada nas escolas de ensino fundamental e médio, mas que não fique restrita ao ambiente escolar, que possa abranger também espaços de educação não formal nas comunidades locais e sociedade civil. Outra demanda recorrente é o ensino da agroecologia em cursos técnicos e na universidade. Destacaram que a educação ambiental deve estar atenta à realidade local e regional e de acordo com os parâmetros contidos na Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), na Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) dentre outras.

Foram sugeridas capacitações locais para incentivar as práticas ecológicas, assim como ações de mitigação de impactos socioambientais; o fomento de pesquisas de iniciação científica sobre energias renováveis e resíduos sólidos; a implementação de tecnologias sociais com base na utilização sustentável dos recursos naturais. Ainda no âmbito da educação, é requerida a valorização, o reconhecimento e o registro do conhecimento produzido pelas comunidades e povos tradicionais.

(b) Trabalho decente e sustentável para a juventude

A necessidade da juventude ao trabalho decente inclui condições de trabalho no campo e na cidade que garantam a preservação da saúde e do meio ambiente. Neste sentido, jovens demandam oportunidades de geração de trabalho e renda com foco na sustentabilidade, por meio de estabelecimento de programas, convênios e parcerias com os governos municipais, estadual e federal. Desejam também o fortalecimento de empreendimentos com base na economia solidária, como associações, grupos e cooperativas de distribuição ou serviços, cooperativas e grupos solidários de produção e trabalho; oportunidades de trabalho comunitário. Referem-se ainda ao turismo ecológico e étnico, assim como à implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos como possibilidades de promover a inserção de jovens no mundo do trabalho. Intimamente relacionadas ao direito ao trabalho estão questões referentes ao território, mas que não se esgotam na inserção produtiva.

(c) Direito da juventude ao território

Aqui, as demandas juvenis envolvem o estabelecimento de políticas que promovam a permanência do jovem nos seus territórios. Dentre elas, a instalação de equipamentos como escolas e postos de saúde, a promoção de atividades culturais, de lazer e esportivas. Assinalaram a necessidade

de criação e manutenção de áreas protegidas com e para a comunidade, visando ao desenvolvimento local, o que pode favorecer a permanência dos jovens. Outro ângulo desta questão é a valorização das culturas regionais.

No direito ao território estão inseridas as demandas pela desconcentração da estrutura fundiária, com: a democratização do acesso à terra; o apoio à agricultura familiar sustentável; o incentivo à produção e consumo de alimentos agroecológicos; a utilização de tecnologias alternativas apropriadas à agricultura familiar; a realização de manejo florestal sustentável pelos pequenos agricultores; a implantação de unidades demonstrativas agroecológicas sustentáveis em parceria com instituições da área. A assistência técnica qualificada e linhas de financiamento são requeridas nestas ações. Jovens reivindicam, ainda, a restrição ao uso de agrotóxicos, que afetam de forma particular os trabalhadores rurais, como também moradores do entorno das áreas produtivas e a população consumidora de alimentos contaminados com estes produtos. Um tema controverso referido pelos jovens durante a Oficina é a não normatização da questão ambiental, no que diz respeito às práticas das comunidades tradicionais.

No ambiente urbano, os jovens demandam a manutenção ou criação de áreas verdes, a valorização dos espaços urbanos públicos, para melhorar a qualidade de vida dos jovens moradores das cidades, assim como o incentivo a formas de mobilidade urbana sustentáveis.

Os/as jovens que compõem as Comissões Territoriais de Jovens Multiplicadores/as da Agroecologia (CTJMA) desenvolvem, nas comunidades onde atuam, um rico trabalho de multiplicação dos conhecimentos sociais e ambientais. Eles e elas têm um papel importante na conscientização das famílias agricul-

toras para a preservação ambiental, geração de renda e sucessão rural. Eles estimulam as famílias, que antes trabalhavam com agricultura convencional e usavam técnicas seculares de degradação ambiental, como as queimadas, a migrarem para os sistemas agroflorestais. Esse é um passo estratégico para a recuperação e preservação ambiental, além de estimular o cultivo de uma diversidade de frutíferas, forrageiras nativas, entre outras, proporcionando a produção e o consumo de alimentos saudáveis, fomentar a preservação de sementes nativas, estimular a troca entre os/as agricultores/as, evitando o uso de sementes transgênicas cedidas por alguns órgãos, principalmente nos períodos de estiagem. (Henrique Luis, 19 anos, Pernambuco. Organização e trabalho coletivo como fatores fundamentais para o exercício da cidadania das juventudes. *Revista Meio Ambiente e Juventude*, no. 1, outubro de 2014, pp. 16).

(d) Participação, articulação e institucionalização

Uma demanda recorrente é a garantia da efetiva participação juvenil nos espaços de planejamento, decisão, execução e avaliação de políticas socioambientais, nos debates que envolvam temas estratégicos, como a inclusão dos recursos naturais entre os bens de comuns. Considerando a água como um direito humano, desejam participar dos comitês de bacias hidrográficas. Desejam incidir de maneira efetiva no debate internacional relacionado ao meio ambiente (nos temas da desertificação, biodiversidade, mudanças climáticas, na agenda Pós 2015).

Com vistas à articulação, sugerem a constituição de um fórum permanente de Juventude e Meio Ambiente na Secretaria Nacional de Juventude, com recursos conjuntos da Secretaria e do Ministério do Meio Ambiente. Trata-se de uma questão controversa, na medida em que alguns jovens alertaram para que a política de juventude referente à questão ambiental não fique setorizada, uma vez que todos os segmentos juvenis deveriam estar comprometidos com ela, por comportar um debate que remete à

transversalidade no âmbito das políticas públicas. A juventude reconhece a necessidade e reivindica a capacitação para a atuação nos diversos fóruns e conselhos. Uma sugestão mencionada na Oficina foi a destinação de 20% dos recursos do Fundo Nacional de Meio Ambiente para ações de capacitação, articulação e mobilização juvenil para questões ambientais e de sustentabilidade. Outra foi a criação de um fundo nacional de juventude, com a garantia de uma linha estratégica para o meio ambiental.

Para além destes quatro grupos, os jovens apresentam outras demandas clássicas da agenda ambiental, que não estão vinculadas diretamente aos direitos da juventude, como a proteção, a preservação, a conservação do meio ambiente, da água, das matas ciliares e florestas, o combate ao desmatamento e às queimadas, a revitalização de parques e bosques municipais; a criação de viveiros para cultivo e distribuição de plantas nativas para reflorestamento; a conservação do patrimônio genético e a repartição dos benefícios dele oriundos; a preservação da biodiversidade; a geração de energia limpa e de fontes renováveis (energia solar descentralizada, eólica, maré motriz entre outras).

NOTA FINAL

O respeito ao meio ambiente é um tema caro à juventude. Tanto que, na pesquisa Agenda Juventude 2013, 31% dos jovens declararam que este é um dos três valores mais importantes para um mundo ideal (e ficou em 4ª. lugar nas preferências juvenis). Por isso, as demandas juvenis apresentadas neste documento são elementos inspiradores para o desenho final das ações do Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente que será o foco do eixo “Sustentabilidade e Meio Ambiente” nesta 3ª Conferência Nacional de Juventude. Em diálogo sobre o Plano Nacional de Juventude, os jovens também se manifestaram sobre o que dele não deve constar e indicaram: as hidrelétricas, a privatização da água, o agronegócio, os agrotóxicos, o crescimento a qualquer custo (a partir dos chamados mega-projetos). Estas indicações demonstram que, para os jovens, o “direito ao meio ambiente equilibrado e à sustentabilidade” coloca em xeque o modelo de desenvolvimento vigente no Brasil. Por fim, jovens e coletivos juvenis têm apontado a necessidade de que seja feito um esforço de definição do conceito de sustentabilidade, de modo a incluir as noções de justiça social e ambiental e de bem comum. E que esta definição seja incorporada aos documentos oficiais, como a Constituição Federal.

referências bibliográficas

ABRAMO, Helena Wendel. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: Maria Virgínia Freitas (Org.). *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Ação Educativa, 2005, pp. 19-35.

AMSTALDEN, Luis Fernando F. & RIBEMBOIM, Jacques. Meio ambiente e jovens. In: *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD, 1988, pp. 149-160.

BRASIL. Conselho Nacional de Juventude e Secretaria Nacional de Juventude. *Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude 2003-2010*. Brasília: 2011.

_____. Grupo de Trabalho Interministerial de Juventude e Meio Ambiente. *Programa Nacional Juventude e Meio Ambiente. Proposta Pós Consulta Pública*. Brasília, 2013.

_____. Ministério do Meio Ambiente. *Revista Juventude e Meio Ambiente*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2014.

_____. Secretaria Nacional de Juventude. *Documento Base: 1ª Conferência Nacional de Juventude: Levante Sua Bandeira*. Brasília: 2008.

_____. Secretaria Nacional de Juventude. *Prioridades: 1ª Conferência Nacional de Juventude: Levante Sua Bandeira*. Brasília: 2008.

_____. Secretaria Nacional de Juventude. 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. *Para desenvolver o Brasil*. Brasília: 2012.

_____. Secretaria Nacional de Juventude. 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. *Juventude. Propostas finais aprovadas*. Brasília: 2012a.

_____. Secretaria Nacional de Juventude. Texto base da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. *Juventude, Desenvolvimento e Efetivação de Direitos*. Conquistar direitos, desenvolver o Brasil. Brasília: 2012b.

_____. Secretaria Nacional de Juventude. Texto final da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. *Juventude, Desenvolvimento e Efetivação de Direitos*. Conquistar direitos, desenvolver o Brasil. Brasília: 2012c.

_____. Secretaria Nacional de Juventude. *Agenda Juventude Brasil: perfil nacional sobre perfil e opinião dos jovens brasileiros*. Brasília: SNJ, 2013.

CARVALHO, Isabel Cristina. Ambientalismo e juventude: o sujeito ecológico e o horizonte da ação política contemporânea. In: Regina Novaes e Paulo Vannuchi (Orgs.). *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, pp.53-74.

_____. Ministério do Meio Ambiente. *Caderno de Deliberações da II Conferência Nacional do Meio Ambiente*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006.

_____. Ministério do Meio Ambiente. *Caderno de Deliberações da III Conferência Nacional do Meio Ambiente*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009.

juventude.gov.br

E-MAIL

juventude@presidencia.gov.br

FACEBOOK

SNJ – Secretaria Nacional de Juventude

YOUTUBE

canal Juventude

TWITER

@SNJuventude

E-MAIL DO CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE

conjuve@presidencia.gov.br

